

NUNES, Rui. *A crisálida*. Lisboa: Relógio D'Água, 2016.



“um homem que tem o espaço todo para cair”

A crisálida é o último livro publicado por Rui Nunes, assumindo-se como um manifesto contra a violência e o “quotidiano das grandes cidades” (p. 7), enunciando uma imagem do homem degolado como símbolo da queda do humano e a ameaça do seu desaparecimento (“Somos a antecipação de um monte de carne, onde não pousam moscas nem abutres.”, p. 7) e uma ideia disfórica da sua animalização (“o homem reduzido a uma dobra. Como um cão. Enrolado.”, p. 36). Tal como o símbolo que dá título ao livro, segundo o autor, assiste-se, no presente, a uma transformação, uma metamorfose latente da humanidade, em que se renuncia a um certo passado por uma nova realidade em rápida e brusca mudança: “a crisálida espera o dia em que desdobrará as asas e abandonará com outra morte o invólucro da morte” (p. 39). A ideia de morte (“é uma mercadoria: /um vivo por um morto”, p. 14) está, diariamente, presente nos ecrãs, “eternidade asséptica para onde fugir.” (p. 8), com a repetição de uma degolação, espectáculo sinistro e macabro que retrata as escolhas informativas como acompanhamento ao jantar e que horroriza o espectador perante a acção do *fundamentalismo islâmico* (antes, restrito ao Oriente, mas que, agora, avança em importantes centros da Europa).

Situando-se em deambulação pela Alemanha e pela Polónia, dando o retrato das condições sociais e humanas, como a pobreza e a fome, a deslocação de populações e o crescimento da intolerância, a narrativa questiona a possibilidade de um *projecto para a humanidade* face a uma estagnação na história do mundo e a vulnerabilidade a regimes totalitários. Hoje, vivendo nós numa sociedade tecnológica que pretende prover a todas as necessidades humanas, estará a evolução terminada quando se alcança ou pode satisfazer as aspirações mais profundas e fundamentais? As atrocidades cometidas nas guerras, onde a tecnologia bélica é utilizada como instrumento de opressão e morte, geraram um grande pessimismo e melhorar a vida humana depende, estritamente, de um processo moral cujo ponto final seria a conquista da liberdade do homem: “presságio de uma chegada que o tempo inventou/ como todas as chegadas./Hoje, ainda não sabemos qual,/ ainda não sabemos quando.” (p. 39).

Classificaria esta narrativa no género literário da literatura apocalíptica, pelas imagens recorrentes que incidem sobre o fim de uma fase ou de um ciclo da história humana e que exprimem o confronto com a desordem reinante, anunciando a iminência do desastre: “O mundo recuou” (p. 14); “Do crepúsculo da manhã ao crepúsculo da tarde/ é um tempo que se esmaga” (p. 26); “tempo incompleto, este” (p. 28). Este conceito de fim é, sobretudo, expressão da vontade de uma nova ordem, o que implica um urgente reordenamento e uma mudança de valores, poderes e práticas instituídas. Esta ideia de fim releva da “ordem” fragmentada que atinge e prejudica a todos: “Sabes unicamente de bocados. (...) o meu olhar (...) só descobre pedaços” (p. 14).

A voz que narra coloca-se num acto de contemplação, tomando consciência das vicissitudes e dos problemas da condição social. Quer como contemplador quer como testemunha, o narrador sente que ele próprio é, ou está, engolido por essa vil condição da existência presente: “Empobreceram o homem, enrolaram-no numa morte de que ele quer fugir, na corrida trôpega de quem está quase a ser apanhado.” (p. 16). Assim, o narrador empreende uma reflexão sobre o futuro absolutamente necessário para um presente que se revela como absolutamente inaceitável. O olhar e o discurso do narrador são marcados pelo imediato que vê e vive e é sobre o presente que ele reflecte; daí, a narração ser feita através de uma linguagem simbólica, recorrendo ao dramatismo na procura do conteúdo de uma realidade inquietantemente vazia e apelando à memória contra a doença civilizacional que denuncia: “As palavras morreram com os olhos. /Morreram quando os olhos. Distanciaram. /Morreram os olhos, quando distanciaram. /Falamos palavras mortas, /Acumuladas, no tempo de todos os mortos. /Morremos. E não somos/ mais do que o estrume de outras palavras mortas. /.../Esqueletos friáveis de uma lembrança?” (p. 29-30).

Contra os responsáveis do mau estado do mundo e contra o estado injusto da sociedade, a imagem da crisálida que se liberta exprime a esperança e o caminho da solução para os males que infestam o actual mundo desordenado. A realidade que é exposta é a desordem generalizada e insuportável: a opressão, a violência, a corrupção do ser humano, que afectam a vida colectiva e se repercutem



na vida de cada indivíduo. Daí que as imagens que descrevem esta realidade sejam naturalmente dramáticas. A evocação de figuras da tragédia e da mitologia gregas, como Medeia e Creonte (p.40), Orfeu (p.41) e Ulisses (p.42) indicam a necessidade de actuar contra uma estrutura injusta, na ultrapassagem deste estado injusto de coisas que se põe em causa, e faz-se da justiça uma utopia inadiável e a referência fundamental como proposta de uma nova ordem que a todos beneficie. A consciência do tempo presente manifesta-se na necessidade urgente de intervir para o melhorar, pelo que “é preciso a indignação de um discurso.” (p.9). E, perante a evocação sugerida pelo Cemitério Judaico e do *ghetto* de Varsóvia, assim como a memória violenta do Holocausto (visto como um momento apocalíptico para a história da humanidade), há que lutar contra a indiferença do homem pelo seu semelhante, de que resulta um crescente vazio, que não pára de crescer e que contamina a falta de tempo de partilha e de comunhão com o outro: “falta uma palavra (...) falta-me tempo” (p.11). Questionando a figura de *deus*, que já não constitui resposta às necessidades do homem, há que recompor “a maldade da criação” (p.14): “Deus começou (...) a falhar. Mas é só um muro a esfarelar-se” (p.16-17); “Não há. Deus. (...) / Há uma palavra que o reduz.” (p.45). Esta ausência ou anulação do divino revela o abandono do homem ou a sua incapacidade de ver e de encontrar respostas para as questões que o angustiam e os problemas que enfrenta. Apelar para o sagrado tem como resposta o nada e o vazio, sem sentido. Como se não intervindo, alheado, ou alheando-se, o divino se remette à mudez: “Deus aproveita estas pausas. E faz a gestão da eternidade” (p.9 e 28). Daí, a consequência de um “diálogo” ausente, de uma não comunicação ou (inter)ligação perdida entre o homem e o divino: “ninguém diz ao homem: levanta-te e caminha: ele é só um homem na sua ira (p.16).

Perante o caos que se experiencia, evocando a figura de Jano, deus romano da mudança e das transições, símbolo do passado e do futuro, a metamorfose tem, também, duas faces: uma, positiva, outra, negativa. Pode ser a mudança esperada, procurada, necessária, ou pode ser a ausência de resposta, o vazio, o nada: “é uma voz que não tem/o eco para a receber/(ou para a revelar).” (p.46). Num exercício de auto-referenciação, questiona-se o valor da palavra, de criação, transformação ou sedução, e o seu uso e poder de reprodução de

realidade(s): “palavras,/mutiladas,(amotinadas)/mas não esquecidas./.../que a morte de uma palavra/segrega outra palavra./Como se/fosse o seu eco.” (p.33-34). Pode ler-se, também, uma perversidade nas palavras ou um perigo, uma armadilha da memória: “Onde chegámos, a palavra é uma traição.” (p.36). A solução apresentada é perseguir “as palavras até não poderem respirar./Talvez seja, essa, a resposta.” (p.41). Gastá-las, repeti-las, usá-las, até à exaustão, com a violência da sua energia. Até nadificá-las. Até à ausência do sentido e à solidão como condição da escrita (que é história da perda ou um acto de espera) ou um trabalho incessante da morte que desfigura o mundo.

Na solidão, como se envolvidos num casulo que nos separa, que nos divide (“És tu: uma coisa que se divide”, p.14), tornamo-nos (ou seremos qual) crisálida, a aguardar a metamorfose, a mudança, a transformação que, inevitável, há-de chegar, mesmo que seja a morte (“somos todos jazigos.”, p.20) ou o nada que “esquarteja à sua volta.” (p.23): “há uma coisa que nasce: nada./(...) É. O contrário de uma transparência: não uma opacidade. É. Onde tudo desaparece.” (p.25).

Rui Nunes compõe mais uma narrativa onde o experimentalismo linguístico e textual que caracterizam a sua escrita servem a temática que vem repetindo nos últimos livros: uma atenção às condições de sobrevivência do ser humano, aos actos que o ameaçam e a (sua) cegueira, sem olhar para exemplos do passado que puseram em causa a humanidade e o respeito pelo outro, como se se repetissem, sem capacidade de mudança (ou uma mudança negativa ou de vivência negativa), os mesmos erros, centrando a sua atenção na ameaçada “velha e porca Europa” (p.31). O homem não aprendeu a lição, não consegue aprender ou perdeu a capacidade racional de ver, de decidir e escolher o caminho que não signifique a sua automutilação e anulação, condenando-se pela sua cegueira: “construímos casas, um muro, um curral, uma cerca, uma garagem, uma barraca, mas não memórias.” (p.27).

EMANUEL GUERREIRO

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve

Recebido: 29 de setembro de 2016

Aprovado: 06 de outubro de 2016

Contato: emanuel-guerreiro@hotmail.com